

VIRIATO Soromenho-Marques

DOUTORADO EM FILOSOFIA, PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. PRESIDENTE DA QUERCUS ENTRE 1992 E 1995 E RESPONSÁVEL POR DIVERSOS ESTUDOS E ESTRATÉGIAS NAS ÁREAS DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. MANTÉM INTERVENÇÃO PÚBLICA ASSÍDUA SOBRE TEMAS COMO AMBIENTE, CIDADANIA, CIÊNCIA POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO EUROPEIA.

“EM PORTUGAL TEMOS VIVIDO NUMA ESPÉCIE DE INDIGÊNCIA EPISTÉMICA”

Profundamente crítico relativamente às intervenções que Portugal tem sofrido em matéria de ordenamento do território e às políticas públicas que têm imperado na governação do País, Viriato Soromenho-Marques, conferencista principal do XIX Congresso da Ordem dos Engenheiros, identifica, em entrevista à “Ingenium”, alguns dos principais constrangimentos atuais de Portugal e da Europa e aponta caminhos urgentes para estes dois espaços. Maior independência de Portugal face ao exterior ao nível de bens essenciais à população e uma organização federalista para a Europa são algumas das soluções preconizadas.

POR MARTA PARRADO

Na intervenção que fez no Congresso da Ordem dos Engenheiros (OE), dedicada ao tema central “O Ordenamento do Território e o Desafio Existencial de Portugal”, demonstrou ter uma posição muito crítica face às intervenções que têm sido concretizadas em Portugal em matéria de ordenamento do território e ao atual estado do País a esse nível. Quer explicitar?

No Mundo complexo em que vivemos, a viabilidade das nações passa pela capacidade de anteciparem os perigos e promoverem as melhores respostas. O ordenamento do território é uma espécie de sinónimo da capacidade que uma sociedade tem de reunir dentro de si as competências científicas e técnicas, assim como o capital económico e o músculo político necessários, para produzir políticas públicas como parte de uma grande estratégia nacional. Ora, em Portugal temos vivido numa espécie de indigência epistémica. É pena, pois a democracia só atinge a maturidade quando produz competência líquida, quando ultrapassa o amadorismo e o improvisado.

Mas entende que Portugal não dispõe de competências científico-técnicas ou, existindo, não têm sido devidamente mobilizadas?

Não. Pelo contrário. Nos últimos 40 anos o País tem produzido uma quantidade apreciável de potenciais quadros com formação qualificada, em diversas áreas disciplinares fundamentais para um adequado ordenamento do território. As Universidades têm cumprido o seu papel. O mesmo não se poderá dizer do sistema político. As políticas públicas estão dominadas por uma enorme miopia estratégica, derivada tanto da falta de qualificação de muitas lideranças partidárias, nacionais e intermédias, como da total insensibilidade aos ciclos longos. O ciclo eleitoral de quatro anos tornou-se no referencial do máximo longo prazo em Portugal... Veja-se o destino das estratégias, dos

planos, das próprias leis-quadro. Documentos como a Estratégica Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território são arquivados sem jamais passarem para o terreno da implementação...

As políticas públicas estão dominadas por uma enorme miopia estratégica, derivada tanto da falta de qualificação de muitas lideranças partidárias, nacionais e intermédias, como da total insensibilidade aos ciclos longos. O ciclo eleitoral de quatro anos tornou-se no referencial do máximo longo prazo em Portugal...

Um dos fenómenos que aponta como muito marcantes em termos de ordenamento do território é o êxodo rural, que resultou na deslocalização de cerca de dois milhões de portugueses das zonas rurais para as regiões urbanas do litoral, provocando uma “dilatação urbana” desestruturada, como referiu na sua apresentação, em vez da integração planeada. Pedia-lhe que desenvolvesse.

António Barreto coordenou, em 1996, um notável estudo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Nele ficámos a saber algumas das razões do *como* chegámos até aqui: um País, artificialmente mantido no colete-de-forças salazarista do ruralismo, começou a apresentar linhas de fratura industriais a partir de 1960, geradoras de um fluxo migratório para os centros urbanos. Este movimento criou um desafio enorme, perante o qual, infelizmente, nem o marcelismo, com a voz profética de José Correia da Cunha, nem a democracia, com as advertências certeiras de Ribeiro Teles, estiveram em condições de responder adequadamente. E é aqui que entramos na *causa suficiente* do nosso descontentamento urbano: a falha de políticas públicas de ordenamento do território, a ausência de um planeamento urbano de acento

estratégico, a suspensão da intervenção do Estado como garante da salvaguarda do interesse público. Como nos recordava Helena Roseta, num artigo de 2006, a privatização das mais-valias urbanísticas, consagrada na lei desde 1965, abriu o caminho para todos os desmandos, para a corrup-

ção mais boçal e, sobretudo, para o facto monstruoso de a área do “território artificializado” ter crescido em Portugal 42% em apenas 15 anos! Perderam-se, em grande medida para a especulação, preciosos terrenos agrícolas, florestais e até zonas de elevado interesse ecológico.

E neste momento, de grandes dificuldades económicas e financeiras, em que a produção primária está muito distante dos centros urbanos, não existirá a tendência, por questões de sobrevivência, do movimento contrário, de regresso ao campo e à produção para consumo próprio?

Portugal sofre não só de uma dívida externa excessiva, como padece de um défice alimentar que a irresponsabilidade de sucessivos Governos medíocres não deixou de fazer crescer. A política agrícola foi negligenciada durante demasiado tempo. Todos os anos, a nossa balança comercial soma mais de três mil milhões de euros de produtos alimentares importados. Chegou a hora de inverter o rumo. Um pouco por todo o lado crescem as iniciativas para promover hortas e terrenos de cultura nas cidades e zonas periurbanas. Isso é louvável, positivo e, sobretudo, necessário. Em 2011,

uma das últimas iniciativas que realizei, na condição de coordenador do Programa Gulbenkian Ambiente, foi um protocolo de cooperação com a ONG Agrobio para o incremento das iniciativas de agricultura biológica ao nível municipal.

O País deverá, então, apostar na agricultura e na valorização do mundo rural? Como?

Numa perspetiva estratégica e de interesse público, a agricultura nunca pode ser encarada como uma mera atividade económica, mas sim como um tema de segurança nacional. É por isso que o Japão continua a produzir arroz, apesar de o poder comprar no mercado mundial a um terço do preço do arroz doméstico. Uma das questões fundamentais que nos conduziram à atual indigência nacional foi a ignorância e a leviandade com que as nossas pouco esclarecidas elites lidaram com o problema essencial da relação do mundo rural com as áreas urbanas. O Estado Novo tentou que o campo alimentasse a cidade, não hesitando em lançar uma "épica" campanha do trigo, que conseguiu uma efémera autossuficiência de cereais, com um preço que ainda todos pagamos: a desertificação de milhares de hectares, esgotados por culturas inadequadas, sem respeito pelos limites impostos pela ecologia dos solos. Mas Salazar poderia alegar em sua defesa o facto de Portugal não ter nessa altura (1929 e anos seguintes) acesso a recursos financeiros no mercado internacional (ficámos afastados deles durante seis décadas pela bancarrota de 1892). A isso acresce também a queda a pique das trocas comerciais provocada pela Grande Depressão.

Não é credível que possamos, hoje, falar em autonomia alimentar do País. Mas temos todas as condições para produzir mais para o mercado interno e para proteger zelosamente, em especial nas zonas periurbanas, os solos da Reserva Agrícola Nacional. Trata-se de um imperativo ecológico e estratégico. Vivemos não só o tempo da crise do projeto europeu, mas também a era do regresso da fome, mesmo em regiões onde ela era rara ou parecia haver sido totalmente vencida, em virtude das sucessivas vagas de carestia dos alimentos, como ocorreu em 2008 e 2011. Agora, se o sonho europeu se desmoronar num pesadelo, paralisando o mercado interno, devido ao inevitável caos monetário que acompanharia o colapso da Zona Euro, Portugal não tem plano de emergência para substituir as importações agrícolas. O País deveria estar desde já a aumentar a sua capacidade de reserva de alimentos, a diversificar o comércio alimentar com nações fora da Zona Euro, e a garantir um pacto indestrutível com a Espanha nesse domínio.

O País deveria estar desde já a aumentar a sua capacidade de reserva de alimentos, a diversificar o comércio alimentar com nações fora da Zona Euro, e a garantir um pacto indestrutível com a Espanha nesse domínio.



Foto: Verissimo Dias

Acredita que, em simultâneo, Portugal precisa de repensar as suas cidades e a organização do espaço urbano?

Sim. Sem dúvida. Até porque os resultados negativos não se restringem a uma interpretação urbanística, em sentido redutoramente estrito. Aos danos do *hardware* edificado juntam-se as lesões no *software* cívico. As nossas cidades repelem a participação cívica e convidam à apatia e à atomização dos cidadãos. Em acréscimo, as nossas feias urbes são ambiental e economicamente dispendiosas. Milhares de hectares de ricos solos agrícolas foram pavimentados e impermeabilizados, muitos recursos hídricos subterrâneos foram contaminados e degradados, já sem contar com as enormes perdas de água nas deficientes redes de abastecimento de água para consumo humano, que totalizam muitos milhões de euros por ano. A enorme distância entre os dormitórios e os locais de trabalho, aliadas a opções totalmente erradas em matéria de redes de comunicação e política de transportes, provocam congestionamentos rodoviários, poluição e gastos energéticos totalmente irracionais.

Colocar as cidades, outra vez, dentro da alçada do Estado de Direito é algo que exigirá mais do que mudança legislativa. Implicará uma aposta firme pela qualificação da nossa democracia. Pois, sem cidades habitáveis, com políticas transparentes ao serviço do interesse público, não há cidadania digna desse título.

De que forma a realidade atual do ordenamento do território português pode tornar o País vulnerável à ocorrência de riscos (sísmicos, incêndios florestais, erosão do litoral e do solo, alterações climáticas, tecnológicos...)?

Em todos os indicadores significativos (da urbanização, à demografia, passando pela distribuição da riqueza) Portugal é um País fortemente litoralizado. Isto provoca uma exposição mais acentuada do País a riscos estruturais - como o sísmico -, ou uma intensificação de outros em virtude da aceleração dos usos do solo nas zonas costeiras (o risco industrial, a erosão costeira, as cheias e inundações). Outros riscos, como é o caso dos incêndios florestais e da desertificação, podem ocorrer, pelo menos parcialmente, como sequela do brutal despoivoamento de algumas áreas, onde antes se praticava agricultura e hoje temos monoculturas florestais. Há, contudo, um pano de fundo incerto e inquietante: as alterações climáticas. Os seus impactos são transversais: desde a subida mais rápida do nível do mar, ameaçando a viabilidade futura das cidades e equipamentos costeiros (acentuada na última década) até aos impactos na saúde pública de fenómenos extremos, como as ondas de calor, ou a migração de vetores portadores de patologias (como é o caso do dengue na Madeira). Em muitos destes domínios, os engenheiros vão ter um papel fundamental na construção de estratégias de adaptação aos impactos destas mudanças gigantescas que já não podem ser evitadas.

Em termos energéticos, tem defendido a necessidade de dar prioridade às energias endógenas. Porquê? Como?

Portugal fez na última década uma correta opção pelo aumento do contributo do gás natural (o menos poluente dos combustíveis fósseis), que se traduziu, nomeadamente, na entrada em funcionamento de diversas centrais termoelétricas de ciclo combinado a gás natural, com maior rendimento e menor impacto ambiental do que as centrais convencionais a carvão, como é o caso de Sines e do Pego. Outra opção, ainda mais ambiciosa, foi o salto em frente que se deu em matéria de energias renováveis. Apesar de a eletricidade corresponder apenas a 21% da energia final consumida, a verdade é que Portugal é hoje um dos dez países do Mundo com

maior produção elétrica a partir das renováveis. Em 2010, 53,2% da eletricidade teve origem em recursos endógenos renováveis, sendo 21,4% de origem hídrica e 25,4% de origem eólica, biomassa, mini-hídrica e fotovoltaica. Em 2011, também em virtude da austeridade, houve uma ligeira melhoria da intensidade energética, embora, devido a uma menor precipitação, se tivesse verificado um aumento das emissões de gases com efeito de estufa, causado por um maior recurso a fontes fósseis.

A aposta neste tipo de energias não se tem revelado muito cara para o País?

A principal ameaça para uma política energética estratégica em Portugal é de origem interna. Aproveitando a mudança de ciclo político, alguns grupos de interesse têm procurado denegrir o investimento nas energias renováveis sustentáveis. Na verdade, seria um erro imperdoável não dar continuidade, com as necessárias adaptações à nova conjuntura de restrições e austeridade, a uma aposta que tem criado emprego, inovação tecnológica, aproveitamento de recursos endógenos e diminuição de importações. A acusação de que as renováveis têm forte impacto na tarifa elétrica ignora que tal corresponde apenas a 15% dos "custos políticos" que o consumidor paga. A componente internacional será também determinante. Se a União Europeia se fortalecer, Portugal poderá tomar um papel ativo no grande desígnio de descarbonização da economia, contido no horizonte estratégico do Roadmap 2050. A Europa será pioneira nas *smartgrids* e numa nova era de energia verde, combinando prosperidade com proteção ambiental, redução do consumo e maior eficiência energética, sem perda de qualidade de vida. Caso a Europa se desmoroze, teremos de apostar ainda mais nos recursos endógenos renováveis.

Na área dos transportes: como se desenha uma política sustentável?

A política de transportes em Portugal demonstra bem que, no investimento, a ordem dos fatores não é arbitrária. Na verdade, o maior erro cometido nos anos oitenta foi a aposta prioritária na rodovia e no transporte privado. Só mais tarde se apostou na ferrovia e nos transportes públicos. Esta ordem perversa de prioridades é a responsável por custos económicos e ambientais que continuaremos a pagar no futuro. 36% da energia final é devorada por este modelo insustentável de transportes, que pesa dura e negativamente na nossa balança comercial e nas nossas emissões de gases com efeito de estufa.



Foto: Sérgio Garcia

A atual crise económica e financeira foi provocada pela inexistência de um verdadeiro federalismo europeu, capaz de regular e disciplinar a irresponsabilidade financeira de bancos, Estados e consumidores, que se endividaram sem reboço desde a entrada em vigor da moeda única.

Teremos, então, chegado a um tempo em que é necessário "ordenar o território na Era das Consequências", como referiu na sua intervenção? A que consequências se refere?

Se fizermos uma comparação entre o último quarto de século e aquele que nos é dado antecipar reflexivamente, poderemos afirmar que entre 1985 e 2010 vivemos a fase das causas, e entre 2010 e 2035 começaremos a entrar na idade das consequências. Com efeito, apesar de todos os progressos realizados, de todas as lutas travadas, do gigantesco aumento da consciência ambiental a nível planetário, os últimos 25 anos assistiram, à escala mundial, a um agravamento dos indicadores críticos do estado do ambiente planetário. Se usarmos a "pegada ecológica" como grelha de leitura agregada de outros indicadores analíticos mais fragmentados, esse agravamento torna-se perceptível e diminui o impacto de algumas melhorias que todos os habitantes de países desenvolvidos, incluindo Portugal, possam ter sentido, ao longo desse período, na qualidade do ar, na qualidade da água e noutros aspetos regionais da sua qualidade de vida. Estamos a entrar, a nível mundial, na fase mais dolorosa daquilo que o Nobel da Química holandês, Paul Crutzen, cunhou como a "Era do Antropocénico". Sem dúvida que hoje a humanidade é o grande fator de alteração plástica dos ecossistemas planetários. Só que, agora,

através da crise ambiental global e, em particular, das alterações climáticas, teremos de habitar um mundo muito mais frágil em recursos e muito mais hostil em riscos e ameaças. Estamos a demorar demasiado tempo no processo de transmissão desse conhecimento da esfera das ciências para a esfera das políticas públicas. Estamos a ser vítimas de uma colossal atitude negacionista por parte do sistema político, um sinal, entre outros, das suas numerosas disfunções. Vamos todos pagar a fatura por esse atraso.

A Europa é comumente alvo das suas análises. Enquanto pensador nesta área, como analisa o modelo organizativo europeu e que tendências prevê para esta união de países?

A atual situação da União Europeia é uma imagem viva da enorme distância entre os problemas reais e as soluções que o sistema político para elas oferece. A atual crise económica e financeira foi provocada pela inexistência de um verdadeiro federalismo europeu, capaz de regular e disciplinar a irresponsabilidade financeira de bancos, Estados e consumidores, que se endividaram sem reboço desde a entrada em vigor da moeda única. Ora, a mesma causa, a ausência de políticas federais concertadas firmadas na existência de um verdadeiro orçamento comunitário, está a conduzir a políticas

quase estritamente nacionais de combate aos défices e às dívidas públicas, mas que, perversamente, correm o risco de lançar toda a União numa situação de agonia social, com o aumento do desemprego e a diminuição da capacidade de desempenho do “Estado social” e de asfixia económica, com escasso capital para investir, nomeadamente, numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

Ainda assim a Europa terá futuro? Que papel deverá Portugal desempenhar?

Portugal não desaparecerá se a Europa naufragar. Deveremos até ter uma estratégia nacional para essa contingência. Mas não devemos mudar de rumo sem luta. O projeto europeu só poderá sobreviver se formos capazes de ultrapassar a miopia, o egoísmo e o preconceito. Para Portugal, o federalismo é uma questão vital. Sem ele, o País ou se resignará a ser uma espécie de Estado tutelado pelo diretório – o que não é viável no longo prazo –, ou terá de embarcar num novo e incerto designio estratégico, com grandes custos humanos e materiais para os portugueses. Portugal deve bater-se pelo aprofundamento da construção europeia em três direções principais: contribuir para um verdadeiro federalismo republicano europeu, com uma clara base constitucional, com um sistema de governo eleito pelos cidadãos europeus, no uso da sua faculdade de “múltipla cidadania”, com uma União Económica e Monetária que contribua para uma efetiva “União de Transferência” nos recursos comuns gerados pela sinergia de uma verdadeira economia europeia, visando o desenvolvimento equilibrado, sustentável e convergente das regiões e dos povos europeus, em estrito respeito pelo ambiente e pelas garantias do Estado social; enriquecer o papel da União Europeia como força de paz e cooperação no Mundo, numa ótica de sustentabilidade, através de uma intensificação da diplomacia portuguesa no âmbito da CPLP; defender um papel liderante da União na congregação de esforços para a reforma das Nações Unidas e o fortalecimento dos regimes internacionais que visam o combate às alterações climáticas, a proteção do ambiente e das energias renováveis, a promoção dos direitos políticos e sociais e a transição da comunidade internacional para modos de produção e consumo que garantam o desenvolvimento sustentável e a justiça entre gerações.

O Mar: assumido por todos como “designio nacional”. Quando nos deixamos do estádio da reflexão e passamos à efetivação?

Entre 2008 e 2010, em conjunto com o almirante Viera Matias, o biólogo João Falcato e o jurista Aristides Leitão, estive envolvido num projeto que partiu de um desafio lançado pelo Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Professor Adriano Moreira: produzir uma pesquisa sistemática sobre as Políticas Públicas do Mar. E o desafio foi assumido. A Academia das Ciências de Lisboa, o Programa Gulbenkian Ambiente e o Oceanário de Lisboa uniram-se na tarefa. Ao fim de dois anos de trabalho, ficou acessível ao público o mais completo livro sobre o Mar como horizonte estratégico para Portugal.¹

O Mar é, sem dúvida, um dos eixos por onde passará o aumento da capacidade estratégica do nosso País, no quadro de uma política de desenvolvimento sustentável, que respeite os limites ambientais do nosso território e aposte na expansão das energias renováveis endógenas.


O livro comporta sete capítulos, uma série de referências para pesquisa posterior usando a Internet (uma webgrafia), e quase uma vintena de páginas com um sumário executivo para o conjunto da obra, para políticos e outros leitores apressados. O trabalho foi levado a cabo por quatro coordenadores e 16 autores, escolhidos entre os nossos maiores especialistas nas sete matérias convergentes que o livro aborda: Soberania, Ecologia, Economia, Segurança, Diplomacia, Ciência e Cultura. Não há varinha mágica para um país em crise, como é o nosso. Ainda por cima quando o centro de gravidade da crise não parece passar, centralmente, pela nossa esfera de decisão. Por isso mesmo não há margem para erros. As políticas públicas devem ser construídas com estudo e seriedade. O imprevisto paga-se muito caro. O Mar é, sem dúvida, um dos eixos por onde passará o aumento da capacidade estratégica do nosso País, no quadro de uma política de desenvolvimento sustentável, que respeite os limites ambientais do nosso território e aposte na expansão das energias renováveis endógenas. Cabe agora ao poder político, aos agentes económicos e às diversas forças integrantes da sociedade civil, darem os passos para transformarem a inspi-

ração em caminho, o rasgo de futuro em estratégia a implementar.

Mas, objetivamente, que prioridades deverão ser assumidas neste contexto? E que oportunidades representa para Portugal o seu regresso ao Mar?

Pode parecer paradoxal, mas a verdade é que nesta altura de fraqueza estratégica, Portugal encontra em torno do Mar condições subjetivas, de recursos científicos e “capital humano”, como desde há muitos séculos não se encontravam reunidos. Com efeito, Portugal regista uma convergência acentuada entre intenções e meios para as realizar. Temos uma comunidade científica ligada ao Mar que conta mais de 3.000 elementos, entre os quais 800 doutorados. Contamos com quase duas dezenas de instituições dedicadas à pesquisa científica, entre Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados, Centros de Investigação. Entre navios e outros equipamentos, o País pode explorar a sua Zona Económica Exclusiva até aos 6.000 metros de profundidade. Sucessivos Governos têm produzido orientações convergentes no sentido de tornar o Mar num grande objetivo unificador dos portugueses no longo prazo. Diferentes setores da economia, desde a indústria aos transportes, passando pela energia e comércio, têm manifestado a sua predisposição para aderirem como partes ativas a este objetivo. A obra está enunciada. Os meios materiais existem. Os sujeitos estão aptos a serem mobilizados. Os caminhos para um regresso, prudente e sustentável ao Mar e aos Oceanos apenas precisam de começar a ser trilhados. Para que Portugal se continue a cumprir.

Qual o papel dos engenheiros e da Engenharia no “reordenamento” e na “reconstrução” do País?

O ordenamento do território nasce da imaginação de poetas, do pensamento de filósofos, da ação de políticos, das necessidades de empresários e clientes, da urgência de estratégias, da avaliação coletiva das vulnerabilidades e potencialidades de uma comunidade na relação com o território, mas são os engenheiros que estabelecem o momento de transição da ideia para a matéria, do projeto para a realidade. Portugal não precisa somente do resultado final do trabalho dos engenheiros, precisa, ainda mais, da cultura que é inerente a esse trabalho. A nossa democracia, o nosso espaço público, a nossa administração, têm tudo a ganhar com mais disciplina, mais rigor, com a noção precisa do tempo útil para realizar as tarefas e com o sentido de responsabilidade que é parte integrante da alma da Engenharia, como profissão, arte e, de certo modo, como visão do Mundo. 

¹ *Políticas Públicas do Mar. Para um novo Conceito Estratégico Nacional*, coordenação de N. Vieira Matias, V. Soromenho-Marques, Aristides Leitão e João Falcato, Lisboa, Esfera do Caos, 2010, 297 pp.